

Entrevista

Professora Jaci Maria Ferraz de Menezes

Por Edna Pinheiro Santos*

Jaci Maria Ferraz de Menezes nasceu na cidade de Jequié (BA) em 1949. É Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, licenciada em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar e em professor para o Magistério de Segundo grau, com habilitação em ensino de Sociologia da Educação, pela Universidade Federal da Bahia UFBA (1972). Especialista em Educação pela mesma Faculdade de Educação – FACED/UFBA (1990). Seus estudos sobre a desigualdade de acesso à Educação no Brasil – começaram a ser publicados desde 1980, na Revista de Indicadores Sociais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Os estudos, contaram com os resultados do Censo Demográfico de 1980, quando da inserção do quesito “cor da pele” no levantamento de dados, como resultado das pressões feitas pelas organizações da população negra no Brasil. com os dados levantados pelo IBGE e trabalhados na *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais-SEI* permitem reafirmar a existência de um processo de exclusão dos negros da cidadania.

Em 1997 concluiu doutorado em *Ciências de La Educación* pela Universidade Católica de Córdoba, Argentina (1997), cujo curso era vinculado à Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos - REDUC e financiado pela Organização dos Estados Americanos – OEA. Em 2005, a Prof.^a Jaci concluiu o Pós doutorado em Educação e Relações Raciais no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP, como bolsista do Programa de Qualificação Institucional - PQI, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Na ocasião, esse curso esteve sob a supervisão do Prof. Dr. Antônio Sérgio Guimarães, no Departamento de Sociologia. Em seguida,

* Mestre em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: ednasantos1989@gmail.com

realizou outro pós-doutorado na Fundação Carlos Chagas - FCC, sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Bernadete Angelina Gatti, como bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, com o tema *Representações Sociais do Trabalho Docente e Relações Raciais*. O projeto de pesquisa foi realizado em articulação com o Centro Internacional de Estudos de Representações Sociais e Subjetividades e a Cátedra, ligado à Organização das Nações Unidas para a Educação - UNESCO sobre Representações Sociais (2009\2010), ambos da FCC.

Além disso, a professora Jaci trabalhou na consolidação da Rede Memória da Educação na Bahia. No Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, o qual ajudou a criar, coordenou a Linha de Pesquisa Processos Civilizatórios: Educação, História, e Pluralidade Cultural.

Poderia nos dizer algo sobre sua vida em Jequié e sobre a mudança Para Salvador?

- Nasci em Jequié onde vivi até os nove anos de idade. Nasci no Bairro Jiquezinho, que fica perto da ponte do Rio das Contas. Nesse tempo não havia maternidade, eu nasci em casa aos sete meses de gestação. Minha mãe era professora primária e meu pai era funcionário do Banco do Brasil. Suas profissões para eles tinham um valor. Dessa união nasceram cinco mulheres em Jequié, sendo que o primeiro filho homem do casal nasceu aqui em Salvador.

Em nossa infância proviam os filhos de muitos livros, coleções.

Nossa relação com Salvador se estabeleceu porque passávamos aqui as férias de fim de ano. Quando estava com nove anos de idade nós viemos morar em Salvador, meu pai pediu transferência do Banco do Brasil, e principalmente, a preocupação deles é que Jequié naquela época não havia ginásio público para meninas. Havia apenas o Ginásio do Padre para os meninos. Por essa razão, nós viemos para Salvador, para que a gente pudesse se preparar para entrar nessa etapa escolar.

Ainda sobre Jequié, que lembranças têm de sua formação e da escola?

- Em Jequié a escola era na casa da professora, Ednalva Bonfim. Lembrome, muito fortemente do tipo de prova que ela fazia. Ela dava as aulas e a gente assistia, fazia provas que iam para o caderno com os resultados e, era onde se colocava um laço de fita bem bonito, cheio de pó brilhante (risos).

Eu sempre fui muito estimulada como você viu no meu relato até aqui. Não me faltou livro, espaço de brincadeira. A casa da gente tinha um porão, onde armávamos um teatro. Minha mãe tinha um papel central nessas ações, assim como minha tia Jaci, que ia passar as férias de fim de na lá e armava todas as brincadeiras, fazia as fantasias de bailarina, armava o teatro todo. Então nós sempre fomos estimuladas a nos expressar, falar, brincar. Acredito que isso interfere principalmente na desinibição, dançar em público, subir...

E em Salvador?

- Quando viemos morar em Salvador, fomos para Itapagipe, perto da Ribeira, era também outra festa! Minha mãe manteve a aula de piano com a professora que havia sido professora daquela que me ensinava piano lá em Jequié. Então demos continuidade àquela coisa da participação, da música que a gente tinha. Passei a estar vinculada à Escola de Música da Bahia, local onde formava professores para ensinar música nas escolas, uma vez que era obrigatório o ensino de música, coral, etc. Quando deixei de estudar piano, já estava fazendo harmonia, transposição e uma série de coisas da área da teoria da música...

Além das aulas de música tinha muito estudo, não é mesmo?

- Aqui em Salvador, minha formação começou em uma escola na Boa Viagem, que era uma escola privada da professora Elizete do Prado Torres. Logo depois, quando cheguei ao quarto ano do primário minha mãe me preparou para entrar no Instituto Central de Educação Isaias Alves – ICEIA, ao me matricular na Escola Getúlio Vargas, que era a Escola de Aplicação do ICEIA. Então, fiz um teste, fui aprovada e iniciei o quinto ano primário.

A escola era muito diferente, embora fosse um espaço alegre, aberto, colorido, mas era muito mais formal do que outras escolas nas quais estudei.

Nessa época, tive uma professora chamada Ítala Grilo, descendente de italianos, que também procurava fazer uma escola mais alegre. Eu me lembro de ouvi-la cantando, representando verbalmente o que tinha sido pra ela viajar de navio, da Bahia até Portugal. Lembro também de Ítala Grilo fazendo sabatina e colocando a gente para decorar as capitais de todos os países.

Na época, a passagem do primário para o primeiro patamar do Ensino Médio se dava mediante exame. Então, minha mãe, além da Escola Getúlio Vargas, arranhou dinheiro para me colocar no cursinho da professora Guiomar, que ficava ali em Nazaré e que preparava meninos, de modo geral, das escolas todas da redondeza para fazer o exame de admissão pro Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia. Ela queria que eu, deixando de ser aluna da Escola Getúlio Vargas para, ser agora aluna de uma escola que preparava professores na Faculdade de Filosofia.

Após me submeter ao exame, fui aprovada e cursei sete anos no Colégio de Aplicação, sendo os quatro anos de ginásial e mais três de colegial. Era completamente diferente, pois eu era uma suburbana dentro daquela escola (risos). Foi uma felicidade ter estudado no Colégio de Aplicação. Foi uma forma de estímulo muito grande estudar lá no ginásial e depois no colegial.

Como foi estudar nos anos de 1960?

- Em princípio, com a intervenção militar no Governo, presenciei aquela atitude de acabar com a representatividade de todos os órgãos estudantis, como Grêmios e Diretórios Acadêmicos. No Colégio de Aplicação, que era dentro da Faculdade de Filosofia, a cantina que a gente fazia as refeições era a mesma frequentada pelos estudantes universitários. Então, passávamos por dentro de todo o movimento que acontecia na universidade, ainda que enquanto estudantes do curso ginásial.

Quando fui para a Faculdade de Direito, presenciei os efeitos concretos dos acontecimentos no dia-a-dia. E, justamente quando chegou o ano de 1968, as ações dentro da universidade e do movimento estudantil se intensificaram. Pouco antes, havia acontecido o primeiro movimento estudantil forte, ocorrido no Colégio Central. Eu não era aluna, mas esse Colégio já tinha uma

representatividade muito grande na cidade e na via estudantil. É nesse espaço que começa a centralizar a organização dos estudantes secundaristas. Nessa época reverbera a história de Edson Luís, secundarista do Rio de Janeiro que faleceu em virtude de uma briga ocorrida no Diretório Acadêmico. Esse aluno participava do movimento estudantil universitário, embora ele fosse secundarista, foi atingido por uma bala, o que provocou um levante estudantil enorme.

E o outro lado do movimento estudantil vem da presença de alguns estudantes que fazem uma peça de teatro, uma espécie de jogral sobre o Colégio Central, em que dizem como eram os professores na visão dos estudantes. A partir daí começa uma grande mobilização. Nesse meio tempo, já no governo de Luiz Viana, há uma grande mobilização em torno da questão da mudança da Lei Orgânica de Ensino, sendo Navarro de Brito o então Secretário de Educação do Estado da Bahia do início do governo. Com essa Lei Orgânica pretendia-se implantar a cobrança de matrícula para a escola de segundo grau. Os desdobramentos desse episódio culminaram com fechamento da cidade de Salvador pelo movimento estudantil. Eu assisti aí coisas interessantes de colegas já universitários, junto com o movimento estudantil secundarista, com apoio integral da Universidade. Lembro-me de Sérgio Passarinho, em cima do muro da Praça Castro Alves, em frente ao cine teatro *Guarani* declamando: “A praça é do povo como o céu é do condor”. Depois a repressão bate muito fortemente, muitas pessoas são presas e o movimento estudantil, que tinha as diversas representações políticas, vai sendo pouco a pouco isolado, até acabar.

E o fato de ter trocado o Curso de Direito pelo o de Pedagogia?

- Estávamos entrando em 1968 e trazia em mim experiência de ter participado do grêmio estudantil em 1964. Naquele momento pairava a dúvida do que eu queria cursar. Não estava decidida, tanto poderia ser jornalista, socióloga, professora de qualquer disciplina, qualquer coisa me alegrava, me atraía. Acabei fazendo vestibular para Direito, quando fui aprovada. Na verdade, o curso retomava discussões muito fores da época com relação aos direitos dos cidadãos e as dificuldades enfrentadas por estes. Estudamos Sociologia, Teoria Geral do Estado, Teoria Geral do Direito, Economia Política e todas essas

disciplinas a gente fazia no primeiro ano. Fiz o primeiro, o segundo e o terceiro ano de Direito e já estava abandonando. Eu comecei a fazer Pedagogia à tarde e fui cursar Direito à noite, aos poucos fui ficando com só com o Curso de Pedagogia.

E o assumir-se pedagoga, que lembranças estão mais fortes?

- o que marcou muito no curso de Pedagogia foram os professores. Um deles, Romélio Aquino, era o professor de Filosofia da Educação, que nos fez ler textos de autores fantásticos, inclusive em espanhol, foi tachado como “exigente demais” pelos alunos, que queriam retirá-lo. Além da Filosofia, aparece-me Dilza Maria Atta, a grande influência na minha vida na Sociologia, basicamente na formação do pedagogo. Dilza Atta era a pessoa que coordenava um gabinete dentro da Universidade Federal da Bahia – UFBA para trabalhar a questão do Coordenador Pedagógico, em que evidenciava o pensamento de liberdade para aprender. Ela me deu um livro de presente com a seguinte dedicatória: “Pra Jaci Maria, que foi sempre muito livre pra aprender”. Liberdade para aprender, então, ao ver a discussão que ela fazia, sobre a questão de que o aprendizado se dá numa aliança entre o aluno e o professor, na construção de uma proposta pedagógica feita a partir dessa aliança e dessas questões que são negociadas no processo de aprendizagem.

Sobre pesquisa, pós-graduação e a temática racial, o que a senhora tem a nos dizer?

- Quando entrei no mestrado na UFBA, a professora Iracy Picanço ensinava Sociologia da Educação e Filosofia da Educação. Foi então que eu me matriculei, e fiz o tirocínio docente, quando fiquei, ainda que informalmente, como assistente dela, fazendo o acompanhamento das aulas da graduação, das aulas de Filosofia. Durante o tirocínio, participei do processo de avaliação dos alunos e assumi a disciplina. A professora Iracy sempre foi muito especial. Era uma grande militante e havia passado pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, que estava na ilegalidade e seguia a orientação de Moscou, e estava ainda vinculado às propostas do Partido Comunista Soviético. No meu caso, fui muito

ligada à Ação Católica: Juventude Agrária Cristã – JAC; Juventude Estudantil Cristã – JEC; Juventude Industrial Cristã – JIC; Juventude Operária Cristã – JOC; e Juventude Universitária Cristã – JUC. A Ação Católica era uma iniciativa que vem da França e foi dividida por seguimentos da sociedade, o que deu origem a essas denominações.

Voltando à pós-graduação, o trabalho na universidade foi muito marcado pela discussão de Filosofia e Sociologia da Educação com a professora Iracy Picanço, porém foi com a professora Dilza Atta que passou para uma discussão da prática pedagógica no interior da escola e sobre as diversas formas da Pedagogia, de como organizar uma sala de aula e na liberdade para aprender na medida em que ela própria organiza e assume a sua forma de participação na aprendizagem. Fiz um primeiro mestrado na UFBA, porém não concluí, porque foi justamente o momento que comecei a trabalhar com o pensamento de Anísio Teixeira. O encontro com o pensamento de Anísio se deu primeiramente no trabalho com a Prof.^a Dilza Atta. Ela estava mais encantada com Carl Rogers do que com Anísio Teixeira especificamente, estava saindo da experiência de organização da Secretaria de Educação do Estado enquanto Coordenadora Pedagógica e fez todas as propostas dos Colégios Polivalentes e, depois, dos Centros Integrados.

Penso que o encontro com Anísio Teixeira se deu de maneira tardia. Quando o Secretário Navarro de Brito fez a reforma do ensino, foi promovida uma aproximação das propostas dessa reforma – que acontecia não só na Bahia, mas também no Brasil – com o pensamento de Anísio Teixeira, sobretudo na relação entre educação e trabalho, vida e trabalho. Foi então que propusemos à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN que trabalhasse com educação e planejamento em educação, cuja proposta foi aceita, no intuito de fazer uma leitura nossa do sistema educativo, do que era necessário e das dificuldades. Daí, em 1980, o Censo Demográfico retoma a discussão sobre cor de pele, mais a frente abre-se um caminho para a mudança (estávamos imersos na Ditadura) com a formação de uma Constituinte. Pessoas que eram vinculadas à questão da educação e do negro, como Florestan

Fernandes e outros, a presença dos movimentos dos sociólogos e da renovação do pensamento eram trazidos à baila.

Já com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, foi possível, em 1980, ver que havia diferenças no acesso à educação de uma série de outros fatores que afetavam diferentes segmentos: os mais pobres; os que moravam em municípios pequenos; os moradores da zona rural; e os negros. A desigualdade de acesso à educação não se dava por um desejo das pessoas que estavam sendo tratadas desigualmente, mas por condições concretas de vida que condicionavam também o desempenho, e o tempo que essas pessoas levavam para concluir os cursos.

No doutorado em Ciências da Educação, cujos estudos foram financiados pela Organização dos Estados Americanos – OEA, levei para lá a discussão sobre a presença do negro na educação, das dificuldades que a população mais pobre que era marginalizada, não apenas pela pobreza material, mas também pela exclusão nos serviços oferecidos na área de Educação, assim como também Saúde, Emprego e Renda. Tomei, assim, como objeto de pesquisa os resultados dos nossos estudos anteriores sobre a desigualdade de acesso e a permanência na escola, na Bahia, principalmente, mas também como fenômeno em todo o Brasil a partir das experiências de trabalho, na própria Secretaria de Planejamento realizados na Bahia de quando se reintroduziram em 1980 o quesito cor nos Censos Demográficos. A questão da desigualdade, e do acesso à educação, já era ponto de pauta na discussão política de Anísio Teixeira, quando estive à frente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Então, foi dessa forma, durante meu trabalho na Assessoria de Planejamento encontrei a divulgação do doutorado ao qual me candidatei e cursei.

Com relação ao início do Grupo Memória da Educação na Bahia, como ocorreu sua criação?

- Nos idos de 1970 e 1980, a Fundação de Desenvolvimento Econômico – criada por Anísio Teixeira para a realização de pesquisa – foi transformada em órgãos de formação e treinamento profissional de nível superior do Estado. Em

torno desses órgãos formamos um grupo. Fizemos leituras mais atualizadas juntamente com Telma Lúcia Falcão de Freitas e Clariza Prado de Souza, que estavam fazendo mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Nesse período, o professor Demerval Saviani tinha voltado para o Brasil e começou a fazer uma releitura muito interessante com os doutorandos. Então Telma e Clariza começaram a trabalhar com educação e fazer a avaliação de educação no Brasil. Com elas começamos a ter conhecimento e articulação, com esse curso de alunos em que o professor Demerval Saviani ensinava. Foi quando começamos a ler os textos dele que estavam publicados nas revistas da época.

Nesse período, comecei a fazer curso de especialização em Indicadores Sociais para o planejamento oferecido pela Comissão de Planejamento Econômico - CPE e começamos a discutir sobre a questão da educação na Bahia e trabalhar com dados estatísticos. Quando chega em 1980, começa-se a discutir a questão da desigualdade no Brasil, por pressão dos grupos organizados, através de uma série de projetos de modificação da Constituição Brasileira. O historiador Jaime Pinsky, inicia as discussões nesse sentido, e o próprio Fernando Henrique Cardoso criou um grupo que trabalhava com a questão do negro, ao passo em que começa a haver também uma organização para criar pressões e modificações na desigualdade com relação aos negros. Foi também o momento em que Florestan Fernandes começou a escrever sobre a questão das desigualdades nas décadas de 1940 e 1950.

Comecei a trabalhar sobre isso, primeiro, mostrando que havia desigualdade na Bahia, assim como em diversos Estados do Brasil. Nesse sentido, construí uma tese para fazer uma comparação, para mostrar que, em qualquer parte do Brasil, os negros tinham menos acesso, podiam ter diferenças internas, mas o indicador como tal dava a ver qual era a diferença.

A partir daí iniciamos as ações do Grupo Memória. No retorno do doutorado, a Prof.^a Ivete Sacramento, então reitora da UNEB, convidou-me para trabalhar como Gerente de Pesquisa. Naquele momento, o Governo Federal um projeto de apoio às diversas universidades para a criação ou ampliação da pós-graduação *stricto sensu*. Apoiou também a implementação de projetos de

pesquisa, fortalecendo ações de pesquisa nas diversas universidades brasileiras. Com o fato de as pós-graduações ainda serem restritas no Brasil, é criado o apoio para as instituições de ensino superior nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil. Participamos dessas reuniões como representantes da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNEB. Participamos de um evento no Ceará para discutir como o Governo Federal apoiaria a ampliação do sistema de pós-graduação no Brasil, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Com esse projeto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq apoiou a UNEB ao aprovar o único projeto, utilizando os seguintes critérios: para uma universidade de grande porte seriam três projetos apoiados; uma universidade de médio porte, dois projetos; e uma universidade pequena, que mais precisava de apoio, apenas um projeto. Na UNEB foi apoiado o Projeto Memória da Educação na Bahia.

Quando da escrita do Projeto Memória, entendemos que este deveria ser um projeto de pesquisa em rede com membros do grupo de diversos *campi*. Entendendo que não nos cabia estudar a História da Educação no Estado da Bahia somente com dados existentes em Salvador, buscamos evidenciar as diferenças e formas de trabalho regionais que pesavam nos resultados do que era oferecido.

O Prof. Luís Henrique Dias Tavares era nosso consultor na época. O Projeto foi apoiado pelo CNPq e vinha com um pacote de benefícios, e nos deu uma bolsa de Desenvolvimento Científico Regional – DCR, que era uma das maiores bolsas que o CNPq tinha naquela época e que ficou com o Prof. Luís Henrique para que ele fosse o nosso consultor e sempre estava pronto a nos atender. O próprio Grupo Memória, por orientação do Prof. Luís Henrique, procurou localizar e registrar a documentação existente na Bahia sobre educação, para poder ver qual era a documentação disponível em cada local. A documentação, as experiências nas escolas não estavam só em Salvador. Era preciso tentar levantar arquivos de diversos lugares.

Como está o Grupo Memória na atualidade?

- Atualmente, o Grupo Memória da Educação na Bahia trabalha na consolidação da Rede de Pesquisadores em História e Memória da Educação na Bahia (REDEMEMO). A consolidação do Laboratório de Imagens e Acervos e o fortalecimento do Centro de Referência em História da Educação, bem como o lançamento de cinco livros que darão continuidade às publicações deste grupo, na formação de novos doutores e mestres, bem como a implantação de uma revista do grupo.